

Eleição presidencial no Chile em 2017

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Eleição presidencial no Chile em 2017

[2013](#) ←  → 2021

19 de novembro de 2017 (Primeiro Turno)

17 de dezembro de 2017 (Segundo Turno)



Candidato	Sebastián Piñera	Alejandro Guillier	Beatriz Sánchez
Partido	Independente (Apoiado pela Chile Vamos)	Independente (Apoiado por partidos da Nova Maioria)	Independente (Apoiada pela Frente Ampla)
Natural de	Santiago, RM	La Serena, CO	Viña del Mar, VS

			
Candidato	José Antonio Kast	Carolina Goic	Marco Enríquez-Ominami
Partido	Independente	PDC	PRO
Natural de	Santiago, RM	Santiago, RM	Santiago, RM
			
<u>Presidente do Chile</u>			
Titular	Michelle Bachelet		
			
Eleito			

A **eleição presidencial de [Chile](#)** para um mandato de quatro anos (2018-2021), será realizada em [19 de novembro de 2017](#), em conjunto com as eleições de deputados e senadores e as eleições de conselheiros regionais; em caso de ser necessário um [segundo turno eleitoral](#), este será realizado em [17 de dezembro](#). As primárias presidenciais, ocasionadas para a escolha dos candidatos de cada coalizão foram realizadas em [2 de julho](#), sendo que dentre as alianças

registradas no Serviço Eleitoral do Chile, somente a Frente Ampla e a Chile Vamos optaram por participar.

Índice

[esconder]

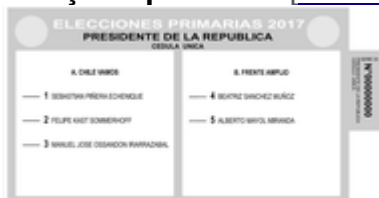
- [1Legislação](#)
- [2Definição de candidaturas](#)
 - [2.1Eleições primárias](#)
 - [2.2Candidaturas descartadas](#)
- [3Candidatos](#)
 - [3.1Apoios políticos](#)
- [4Pesquisas de Opinião](#)
- [5Referências](#)

Legislação[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Segundo a [Constituição chilena](#), podem exercer o direito ao [sufrágio](#) aqueles que são considerados cidadãos, isto é, os maiores de 18 anos de idade que não tenham sido condenados a uma [pena](#) superior a 3 anos de prisão. A norma legal do país indica que "nas votações populares o sufrágio será pessoal, igualitário, secreto e voluntário". Desde janeiro de 2012, a inscrição no Registro Eleitoral é automática. Porém, o direito a votar é suspenso por interdição em caso de [demência](#), por achar-se acusado de um delito que mereça [pena](#) superior a 3 anos de detenção ou de delito por [terrorismo](#), e ainda por sanção do Tribunal Constitucional (em conformidade ao artigo 19 número 15 inciso 7.º da Constituição Chilena).^[1]

Definição de candidaturas[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Eleições primárias[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

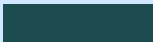


Fac-símile da cédula destinada a pessoas não inscritas em partidos políticos durante a eleição primária.

Pela segunda vez em sua história eleitoral, o Chile realizou eleições primárias oficiais, organizadas pelo Serviço Eleitoral. Anteriormente, só a [Coalizão de Partidos pela Democracia](#) organizava primárias, ainda que só a de 1999 foi realizada de forma direta e a nível nacional.

Até abril de 2017 a Nova Maioria realizaria primárias presidenciais, no entanto algumas decisões dos partidos políticos foram tornando as mesmas inviáveis. Com isso, os candidatos dos partidos da coalizão que disputariam as primárias - Alejandro Guillier e Carolina Goic - irão disputar diretamente o primeiro turno da eleição presidencial.

#?	Candidato	Partido	Apoio político	Votos	% Coalizão	% Total
A 1	 Sebastián Piñera Echenique	Ind.	RN/UDI/PRI	827 434	 58,36%	 45,57%
A 2	 Felipe Kast Sommerhoff	EVOP	Evolução Política	218 489	 15,40%	 12,01%
A 3	 Manuel José Ossandón	Ind.	Independente	372 215	 26,24%	 20,62%

Total de votos da Coalizão Chile Vamos					1 418 138	100 %	81,22 %
B 4		Beatriz Sánchez Muñoz	Ind.	RD/PH/POD/PL/PEV	221 416	 67,56%	 12,26 %
B 5		Alberto Mayol Miranda	Ind.	Partido Igualdade	106 300	 32,44%	 5,88%
Total de votos da Coalizão Frente Amplo					327 716	18,78%	18,78 %
Total de votos válidos nas primárias					1 745 854	96,35%	
Votos nulos					57 945	3,20%	
Votos em branco					8278	0,46%	

Total de votos emitidos	1 812 077	100%	
Total eleitoral	13 307 439	Participação	13,61%
Resultados: 100% das mesas apuradas (Servel) ^[2]			

Candidaturas descartadas[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

- **Marcel Claude** (ind.): Depois de seu afastamento da coalizão Todos à Moneda — que o apoiou na eleição presidencial de 2013 —, Claude anunciou uma candidatura presidencial independente, sujeita a eleições primárias "cidadãos", que seriam realizadas em 21 de novembro de 2016. Entretanto, o economista não coletou as assinaturas suficientes para poder se candidatar de forma independente.^[3]
- **Carola Canelo** (ind.): A advogada, conhecida por suas entrevistas em televisão onde era crítica ao governo e aos partidos de esquerda por não garantir, a seu julgamento, o direito à educação, anunciou sua candidatura em 14 de novembro de 2016, iniciando o processo de coleta de assinaturas. Não conseguiu coletar as assinaturas suficientes, ficando assim fora da eleição.^[4]
- **Tomás Jocelyn-Holt** (ind.): Manifestou sua intenção de postular-se pela segunda vez à Presidência numa entrevista ao jornal La Nación, realizada em 17 de novembro de 2016. No entanto, em 15 de agosto de 2017 informou que não tinha conseguido as assinaturas suficientes para apresentar sua candidatura.^{[5][6]}
- **Nicolás Larraín** (ind.): O apresentador de televisão e locutor anunciou sua candidatura presidencial em 12 de dezembro de 2016, a qual seria parte do processo de primárias do partido Todos. No entanto, em 19 de junho anunciou que desistia de sua pré-candidatura para se integrar à pré-candidatura de Felipe Kast, derrotado nas primárias da Chile Vamos.^{[7][8]}

- **Roxana Miranda** (Andha): A candidata presidencial pelo Partido Igualdade em 2013 e atual líder do partido ANDHA Chile anunciou em 21 de maio sua candidatura numa marcha pela [Alameda Bernardo Ou'Higgins](#) em Santiago. No entanto, não conseguiu coletar as assinaturas suficientes para aparecer na papeleta de novembro.^[9]
- **Franco Parisi** (ind.): O economista anunciou em março de 2015 sua possível candidatura independente à Presidência do país pela segunda eleição consecutiva, reiterando isto em janeiro de 2017, obtendo o apoio da partido Democracia Regional Patagónica. Em 4 de abril oficializou sua candidatura, somando o apoio dos movimentos Unidos na Fé, Anticorrupción, Poder da Gente e Chile Cuida-te. No entanto, em 4 de agosto anunciou que não continuaria com sua candidatura, procurando um posto no Senado, o qual também não prosperou.^{[10][11][12][13]}
- **Lily Pérez** (Amplitude): Seu partido tem manifestado a intenção de levar um candidato próprio a uma eventual primária presidencial da coalizão. **Lily Pérez** manifestou no final de 2014 a possibilidade de realizar primárias, enfrentando Andrés Velasco. No entanto, em dezembro de 2016 a senadora negou ter intenção de iniciar sua pré-candidatura presidencial, para privilegiar a busca da reeleição em sua circunscrição. Seu partido acabou anunciando apoio ao candidato [Sebastián Piñera](#), da coalizão Chile Vamos.^{[14][15][16]}
- **Luis Riveros** (ind.): O ex-reitor da [Universidade do Chile](#) anunciou uma candidatura "cidadã" à primeira magistratura em 28 de outubro de 2016. Embora seja próximo ao PRSD, seria candidato de forma independente. Em abril de 2017 descartou sua candidatura, optando por seguir como Grande Maestro da Grande Loja de Chile, porque "se estava a cargo da instituição não podia em paralelo ter uma candidatura".^{[17][18][19]}
- **Nicolás Shea** (Todos): O presidente do partido Todos anunciou em abril de 2017 que lançaria sua pré-candidatura por esse partido, num processo ainda não especificado que enfrentaria Nicolás Larraín. Mas, de acordo com o jornal El Mercurio, através de seu sítio na internet Emol, indicou que "O fundador da Start-up Chile procurava chegar à presidência com o partido político Todos, ainda que este finalmente optou por competir somente por candidaturas no Congresso e em alguns Conselhos Regionais".
- **Sebastián Sichel** (Cidadãos): Em novembro de 2016 foi proposto por seu partido para representá-lo numa eventual primária com a Amplitude e a Rede Liberal. Sichel aceitou, "sempre e quanto tenha um projecto concreto que liderar". Sua candidatura seria inviável, posto que seu partido está em processo de dissolução legal por não conseguir a quantidade de militantes mínima para sua existência.^{[20][21]}

- **Andrés Velasco Brañes** (Cidadãos): Foi mencionado como candidato presidencial em 2016 por parte de Juan José Santa Cruz, membro de seu partido. No entanto, em fins de 2016, Velasco descartou iniciar uma pré-candidatura presidencial, abrindo à possibilidade de procurar uma candidatura no Congresso.^{[22][23]}

Candidatos[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

A seguir, estão os candidatos participantes na eleição, ordenados segundo a forma em que aparecerão na cédula eleitoral, de acordo com o sorteio realizado pelo Serviço Eleitoral no dia 14 de setembro de 2017.^[24]

Foto	Candidato(a)	Apoio político	Notas
	Carolina Goic Senadora (PDC)	PDC	Depois de sua eleição como presidente do Partido Demócrata Cristão em janeiro de 2017, diversos militantes se manifestaram a favor de sua pré-candidatura à presidência do Chile, embora tenha descartado tal hipótese em diversas ocasiões. ^{[25][26]} No entanto, em fevereiro de 2017, Goic afirmou, em entrevista ao <i>La Tercera</i> que assumia "o desafio de ser candidata presidencial da DC", ^[27] sendo proclamada pela Junta Nacional de seu partido em 11 de março. ^[28] Em 29 de abril, a Junta Nacional do partido decidiu que a candidatura de Goic seria apresentada diretamente no primeiro turno eleitoral volta, excluindo o partido das primárias

			presidenciais da Nova Maioria. Com isso, rompeu-se a coalizão eleitoral do PDC com o bloco PS-PPD-PRSD (até 2012, a Concertación) depois de 28 anos.^[29] • Inscrição de pré-candidatura: 11 de maio de 2017.^[30] • Inscrição de candidatura: 19 de agosto de 2017.^[31] • Slogan de campanha: "Eu me atrevo." ("<i>Yo me atrevo.</i>")
	José Antonio Kast Deputado (Independente)	—	Em setembro de 2015 anunciou sua intenção de competir numa eventual primária da Chile Vamos.^[32] Em 31 de maio de 2016 se desfilou da UDI, dentre outras razões, para continuar com suas aspirações presidenciais.^[33] Desde então começou a coletar assinaturas para homologar sua candidatura independente.^[34] Em 1º de abril de 2017 anunciou que conseguira mais de 30 000 assinaturas para ser candidato à Presidência.^[35] Em 14 de setembro recebeu o respaldo do partido político ainda em formação "Unidos na Fé".^[36] • Inscrição de candidatura: 18 de agosto de 2017.

			• Slogan de campanha: "Para voltar a crer." (<i>"Para volver a creer."</i>)
	<u>Sebastián Piñera</u> a Ex-Presidente do Chile (Independente)	<u>Chile</u> <u>Vamos</u> Amplitud	Piñera manifestou desde 2014 suas intenções de voltar a competir em 2017,^[37] sendo desde então o político melhor posicionado para enfrentar a eleição segundo diferentes pesquisas de opinião.^[38] Piñera adiou sua decisão para março de 2017,^[39] apesar de receber a pressão dos partidos da coalizão^[40] e de seu potencial rival da Chile Vamos, Manuel José Ossandón.^[41] Em 17 de dezembro de <u>2016</u> foi proclamado pelo Partido Regionalista Independente como seu candidato presidencial.^[42] Em 21 de março, num ato realizado no Parque Quinta Normal, Piñera lançou oficialmente seu pré-candidatura presidencial.^[43] Em 24 de março recebeu o apoio da <u>União Democrática Independente</u>^[44], enquanto que a <u>Renovação Nacional</u> também anunciou apoio no dia seguinte.^[45] Como vencedor das primárias realizadas em 2 de julho, Piñera somou o respaldo do partido Evolução Política.^[46] Em 8 de julho recebeu o apoio do partido Amplitude, pertencente à coalizão Somemos.^[47] • Slogan de campanha: "Tempos de

			melhores." ("Tiempos mejores.")
	<u>Alejandro Guillier</u> Senador (Independente)	PRSD PS PPD PCCh IC MAS-R PLIR	Desde meados de 2016 é apontado como um dos candidatos mais competitivos dentro da Nova Maioria para a eleição presidencial de 2017, recebendo apoios de vários políticos da coalizão.^[48] Aproveitando esta circunstância, o PRSD utilizou a Guillier como rosto de apoio a seus candidatos nas eleições municipais de outubro de 2016^[49], e posteriormente o proclamou oficialmente como pré-candidato presidencial em seu Conselho Geral realizado em 7 de janeiro de 2017.^{[50][51]} Em 9 de abril, e depois de uma votação de seu Comité Central, o Partido Socialista decidiu entregar-lhe seu respaldo.^[52] Anteriormente, os partidos Esquerda Cidadã e MAS Região também tinham anunciado seu apoio à candidatura de Guillier.^[53] Em 30 de abril, o Partido Comunista anunciou iria proclamar o apoio à sua candidatura^[54], situação que ocorreu em 7 de maio.^[55] O partido Pela Integração Regional, que não pertence formalmente à Nova Maioria, também lhe entregou sua respaldo.^[56] Apesar de contar com o apoio de partidos legalmente constituídos, por ser independente não pode se

			apresentar como candidato presidencial respaldado por algumas destas (salvo que o faça como vencedor de primárias legais), pois segundo uma resolução que emitiu o Conselho Diretor do SERVEL, deveria se inscrever em algum deles ou juntar assinaturas para se apresentar como candidato no primeiro turno; Guillier optou por esta última opção, o qual comunicou em 30 de abril^[57], num vídeo onde lamentou a não realização do processo de primárias, que ficou descartado ao não ter competidores que estejam dispostos a participar. Em 13 de maio, o Partido pela Democracia decidiu proclamá-lo como seu candidato.^[58] • Inscrição de candidatura: 4 de agosto de 2017.^[59] • Slogan de campanha: "O Presidente da gente." ("<i>El Presidente de la gente.</i>")
	Beatriz Sánchez Jornalista (Independente)	Frente Ampla	A jornalista foi questionada pelo partido Poder para propor-lhe uma pré-candidatura presidencial^[60], cuja qual descartou mediante uma mensagem no Twitter em 13 de janeiro^[61]. No entanto, depois de uma reunião com a Revolução Democrática e o Movimento Autonomista, decidiu considerar uma pré-candidatura presidencial, deixando temporariamente seu trabalho na Rádio A Chave,

			decisão que comunicou publicamente em 21 de março.^[62] Em 3 de abril oficializou sua candidatura num ato realizado na praça Baquedano^[63]. Em 16 de abril, o Partido Humanista oficializou apoio a sua candidatura^[64], enquanto que em 9 de maio — mediante uma votação eletrônica entre seus militantes — o partido Poder também anunciou apoio à Sánchez^[65]. Anteriormente, a Esquerda Libertária também lhe tinha entregado seu respaldo^[66]. Em 14 de maio foi proclamada como candidata pela Esquerda Autônoma^[67]. Em 29 de maio o Partido Liberal entregou-lhe seu apoio^[68]. O Movimento Democrático Progressista também lhe entregou seu apoio^[69]. Em 6 de junho, o Partido Ecologista Verde decidiu somar-se aos apoios à candidata^[70]. Depois das primárias realizadas pelo SERVEL, o Partido Igualdade somou-se à campanha com representantes na equipe política.^[71] • Slogan de campanha: "Confianza que muda o Chile." ("<i>Confianza que cambia Chile.</i>")
--	--	--	--

	<u>Marco Enríquez-Ominami</u> Ex-Deputado (PRO)	PRO	Em dezembro de 2013, o fundador do Partido Progressista anunciou que será candidato pela terceira vez à presidência da República.^[72] Apesar de estar envolvido no Caso SQM^[73], não desistiu de sua candidatura, cuja qual se mostrou encolhida conforme algumas pesquisa de opinião realizadas no final de 2016. A insistência na candidatura foi o ponto de desacordo que impediu que o PRO integrasse a <u>Frente Ampla</u>.^[74] • Inscrição de pré-candidatura: 19 de maio de 2017.^[75] • Inscrição de candidatura: 20 de agosto de 2017.^[76] • Slogan de campanha: "Chile dos livres." (<i>"Chile de los libres."</i>)
	Eduardo Artés Professor (UPA)	UPA	O líder histórico do Partido Comunista (Ação Proletária) e atual presidente da União Patriótica, será candidato presidencial por este último para a eleição de 2017, depois de ter conseguido a quantidade de filiados exigida pelo Serviço Eleitoral.^[77] Em 28 de junho de 2017 foi criada a Mesa de Esquerda Popular, conformada pelos seguintes partidos e colectividades que apoiam a candidatura de Artés: União Patriótica (UPA), Partido Comunista (Acção Proletaria)

			(PC(AP)), Partido Constituinte, Movimento Patriótico Manuel Rodríguez (MPMR), Os Filhos de Mafalda, Construindo Socialismo (CS) e Todos à Moneda (TALM) Santiago.^[78] • Inscrição de candidatura: 22 de julho de 2017.^[79] • Slogan de campanha: "#EuEstoucomArtés." ("YoEstoyConArtés.")
	Alejandro Navarro Senador (País)	País	Em novembro de 2016, aceitou a solicitação de seu partido de ser pré-candidato para uma eventual primária da coalizão Frente Ampla.^[80] Em 18 de janeiro, o deputado Gabriel Boric e outros integrantes da coalizão deram um ultimato ao partido País para retirar a pré-candidatura de Navarro, caso contrário o partido seria retirado da Frente^[81], o que realmente ocorreu^[82]. Em 24 de março de 2017, Navarro anunciou sua candidatura presidencial, respaldada pelo partido País.^[83] • Inscrição de candidatura: 18 de agosto de 2017.^[84] • Slogan de campanha: "A força da gente." ("La fuerza de la gente.")

Apoios políticos[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

A seguinte tabela apresenta os candidatos que têm oficialmente suas candidaturas inscritas, os partidos instituídos ou em formação legal e as coalizões que os apoiam. Os pactos estabelecem-se com as listas inscritas nas

eleições parlamentares e de conselheiros regionais que realizar-se-ão de forma simultânea.

Coalizão	Partido	Candidato (partido)
 Chile Vamos	 <u>União Democrática Independente</u>	<u>Sebastián Piñera (Independente)</u>
	 <u>Renovação Nacional</u>	
	<u>Evolução Política</u>	
	 <u>Partido Regionalista Independente</u>	
 Sumemos Somemos	 <u>Amplitude</u>	
	 <u>Cidadãos</u>	
	 <u>Todos</u>	
<u>Coalizão Regionalista Verde</u>	 <u>Democracia Regional Pataquônica</u>	Sem candidato
	 <u>Federação Regionalista Verde Social</u>	

Fuera de pacto	 <u>Partido dos Trabalhadores Revolucionários</u>	
	<u>União Patriótica</u>	Eduardo Artés (<u>UPA</u>)
	<u>Pela Integração Regional</u>	
 <u>A Força da Maioria</u>	 <u>Partido Radical Social Democrata</u>	
	 <u>Partido Socialista</u>	
	 <u>Partido pela Democracia</u>	Alejandro Guillier (<u>Independente</u>)
	 <u>Partido Comunista</u>	
	 <u>MAS Região</u>	
<u>Convergência Democrática</u>	 <u>Esquerda Cidadã</u>	
	 <u>Partido Democrata Cristão</u>	Carolina Goic (<u>PDC</u>)
	 <u>Revolução Democrática</u>	
	 <u>Poder</u>	Beatriz Sánchez (<u>Independente</u>)

 <u>Frente Ampla</u>	 <u>Partido Humanista</u>	
	 <u>Partido Liberal</u>	
	<u>Partido Ecologista Verde</u>	
	 <u>Partido Igualdade</u>	
<u>Por Todo Chile</u>	 <u>Partido Progressista</u>	<u>Marco Enríquez-Ominami</u> (PRO)
	 <u>País</u>	Alejandro Navarro (País)
Independentes	Independente	José Antonio Kast (<u>Independente</u>)

Pesquisas de Opinião[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

 Ver artigo principal: [Pesquisas de opinião na eleição presidencial no Chile em 2017](#)



Direita está em vantagem nas eleições presidenciais do Chile

Ex-presidente Sebastián Piñera obteria 26% dos votos na eleição de novembro, segundo pesquisas

ROCÍO MONTES

Santiago de Chile 17 ABR 2017 -
[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/17/internacional/1492385902_778480.ht
ml](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/17/internacional/1492385902_778480.html)



Sebastián Piñera, durante a apresentação de sua candidatura, em 21 de março. ESTEBAN GARAY EFE

Apesar de as eleições de 19 de novembro no Chile serem cada vez mais imprevisíveis [devido à alta percentagem de abstenção](#), que nas municipais de outubro chegou a 65%, a corrida presidencial tem um competidor em vantagem: o ex-presidente de direita [Sebastián Piñera](#) (2010-2014). Apesar dos dois processos que teve de enfrentar nos últimos meses – abertos por um deputado comunista – por suspeita de usar informação privilegiada e negociação incompatível enquanto era chefe de Estado, o empresário lidera as pesquisas: teria 26% dos votos, segundo a última pesquisa do Cadem.

MAIS INFORMAÇÕES

- [Lagos: “Como é possível que a América Latina não diga ‘somos todos mexicanos’ frente a Trump?”](#)
 - [Pedido de desculpas dos violadores de direitos humanos na ditadura resulta em protestos no Chile](#)
 - [Bachelet anuncia processo para reformar a Constituição de Pinochet](#)
-

O [eleitorado de Piñera](#) parece não se importar com o polêmico cruzamento de política e negócios. Sua sorte nas eleições depende mais das decisões dos promotores que de seu desempenho político. Para enfrentar as tramas judiciais, o empresário anunciou que, se eleito, irá além da lei para separar suas funções de seus negócios. Com uma campanha iniciada em março com o anúncio de uma previsível candidatura, o ex-presidente tem a seu favor uma coalizão que se mostra ordenada como poucas vezes na história.

O [bloco Chile Vamos](#), que reúne quatro partidos, atua com disciplina e lealdade a Piñera confiante que pode levá-lo de volta ao palácio de La Moneda, derrotando o mais provável candidato de centro-esquerda, o senador independente [Alejandro Guillier](#) (com 15% dos votos, segundo a pesquisa do Cadem).

Em uma mostra da [pouca renovação política existente](#), se Piñera vencer, transcorrerão 16 anos de Governo de apenas duas pessoas: [Bachelet \(2006-2010\)](#), Piñera (2010-2014), Bachelet (2014-2018) e Piñera (2018-2022). E as chances que o empresário tem de ganhar são tão altas – não só por seu desempenho nas pesquisas, como também pela falta de erros dele e de seu bloco – que até mesmo no Governo intuem sua vitória.

Por exemplo, quando abandonou sua candidatura presidencial há uma semana, o ex-presidente [socialista Ricardo Lagos](#) falou de uma onda de restauração mercantilista e conservadora que pode durar muitos anos. Porque, diante da crise da centro-esquerda, suspeita-se que um novo Governo de Piñera poderia ser seguido por um ou vários Governos direitistas. Seria a primeira vez que a direita governaria um ciclo: desde a chegada da democracia em 1990, a direita só governou por um período, o de Piñera.

A desordem da centro-esquerda

A atual campanha presidencial é caracterizada pela [grande quantidade de candidatos](#), que chegam a uma dúzia. Nenhum dos postulantes, entretanto, alcança uma porcentagem alta como nas anteriores: foi-se o tempo em que os favoritos ultrapassavam os 50% no Chile. Portanto, embora [Piñera provavelmente](#) saísse vencedor se os chilenos fossem às urnas hoje, ainda existe bastante espaço para que o tabuleiro político se transforme até as eleições daqui a sete meses. A centro-esquerda tenta justamente reverter essa desvantagem, apesar de ter adotado um complexo processo de escolha de candidato que deixou vários caídos pelo caminho (como [José Miguel Insulza](#), ex-secretário-geral da OEA).

Depois que o [Partido Socialista virou as costas para Lagos](#), que desistiu de uma candidatura que nunca obteve o apoio da população nem dos partidos do Governo, o candidato da Nova Maioria seria o senador Guillier, jornalista de profissão e a figura de maior credibilidade na televisão chilena nos 1990 e 2000.

Embora a Democracia Cristã tenha apresentado uma candidata, a senadora Carolina Goic, Guillier já conta com o apoio de duas legendas da coalizão: o Partido Radical e o Socialista. Nas próximas semanas se juntaria o Partido Comunista, porque o parlamentar se instalou como o favorito das forças mais esquerdistas da coalizão governante.

Depois da [renúncia de Lagos](#) é improvável que a centro-esquerda finalmente escolha seu candidato através das primárias legais abertas e populares que deveriam ser realizadas em 2 de julho próximo, por isso Guillier seria eleito pelos partidos da Nova Maioria.

Uma das grandes dúvidas que persistem, sobretudo depois da desistência do ex-presidente, é se a Democracia Cristã finalmente se decidirá por um caminho próprio e, em vez de participar da escolha de um candidato único do conglomerado, chegará ao primeiro turno presidencial de 19 de novembro. Essa opção poderia ser o fim do entendimento entre o centro e a esquerda que permitiu a queda de [Augusto Pinochet](#) e os 20 anos do Governo da Concertación (1990-2010).

As presidenciais de 2017 veem ainda o nascimento de uma nova força progressista à esquerda da governista Nova Maioria. Seguindo o exemplo do Uruguai, há dois meses foi anunciado no Chile o nascimento da Frente Ampla,

uma coalizão formada inicialmente por 11 partidos, movimentos e organizações sociais.

Integrado pelos deputados [Gabriel Boric \(Movimento Autonomista\)](#) e Giorgio Jackson (Revolução Democrática), ambos ex-líderes do movimento estudantil de 2011 e valorizados pela população, o projeto político defende a modificação do modelo instaurado no regime de Pinochet, tem um olhar negativo da transição e, entre outros assuntos, acredita que o atual Governo renunciou à agenda reformista com que chegou ao poder em 2014.

“Nosso país se encontra diante do esgotamento do processo de mais de 26 anos em que se impediu a expressão da soberania popular nas instituições e na tomada de decisões públicas, o que se traduziu no predomínio do grande empresariado contra os interesses da maioria social”, diz a convocatória pública de 21 de fevereiro.

Sua candidata mais provável é a jornalista Beatriz Sánchez, que renunciou às comunicações para entrar na corrida presidencial. Em poucas semanas obteve 6% de apoio nas pesquisas, o que a coloca em terceiro lugar.

Chile realiza eleições presidenciais com expectativa de abstenção em alta

Por **iG São Paulo** | 19/11/2017 09:58 - Atualizada às 19/11/2017

<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2017-11-19/chile-eleicoes.html>

1. > Mundo

Projeções apontam que menos da metade dos eleitores deverá sair de casa e votar; participação deixou de ser obrigatória nas eleições do país em 2015

O Chile realiza neste domingo (19) a sétima eleição presidencial desde o retorno da democracia, em 1990, e deverá registrar um baixo comparecimento nas urnas. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, analistas chilenos apontam que cerca de 6,7 milhões de eleitores deverão sair de casa para escolher o futuro presidente do país. O número representa, aproximadamente, 48% dos mais de 14 milhões registrados. O voto não é obrigatório nas eleições chilenas desde 2015.

[Leia também: Argentina mantém buscas por submarino que desapareceu com 44 tripulantes](#)

Os oito candidatos disputam a sucessão de **Michelle Bachelet**, que ocupa seu segundo mandato desde 2014. Esta é a primeira vez em que a coalizão de centro-esquerda, que elegeu a atual presidente, participa das eleições de forma dividida, o que favoreceu o empresário bilionário e ex-presidente do **Chile**, **Sebastián Piñera**, de centro-direita. Ele ocupou o cargo entre 2010 e 2014, mas não disputou o último pleito por conta da proibição de reeleição presidencial consecutiva.



Reprodução/Twitter

Sebastian Piñera é o favorito nas eleições presidenciais do Chile, com 45% das intenções de voto

[Leia também: Saída de Mugabe da presidência voltará a ser negociada neste domingo](#)

Segundo o instituto local Cadem, Piñera conta com 45% das intenções de voto. Em seguida, está o candidato de Bachelet, Alejandro Guillier, de centro-esquerda, com 23%. Além dele, outros três candidatos representam o antigo grupo de centro-esquerda Concertación ("pacto", na tradução para o português), batizado de Nova Maioria, em 2013. Entre eles, a mais popular é Beatriz Sánchez, com 14% das intenções de voto.

Não fosse o racha, ela estaria na mesma coligação de centro-esquerda com Guillier. No entanto, a queda na popularidade de Bachelet contribuiu para a sua saída. Desde o fim da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), o grupo conseguiu eleger todos os governos, com exceção de um: o do próprio Piñera.

A pesquisa também aponta Carolina Goic, de centro-esquerda, e José Antonio Kast, de direita, com 6% das intenções de voto cada, e Marco Enríquez Ominami, de esquerda, com 5%. Caso nenhum dos candidatos alcance 50% dos votos válidos, um segundo turno será realizado em 17 de dezembro. Neste cenário, o levantamento aponta Piñera com 50% da intenção de votos e Guillier, 38%. Outros 12% dos eleitores ainda se mostram indecisos.

Como lembra a agência de notícias "EFE", esta é a primeira eleição presidencial sem o voto obrigatório. Em 2015, as eleições municipais contaram com esse modelo e tiveram abstenção de 65%. A votação também elegerá 155 parlamentares para a Câmara dos Deputados e 23, para o Senado chileno. Os eleitores também deverão definir os 278 membros dos 15 conselhos regionais.

Popularidade de Bachelet em baixa

Bachelet, que concluiu seu primeiro mandato em 2010 com aprovação de 80%, deixará o governo em março e, atualmente, possui somente 32% de popularidade. Uma das razões apontadas por analistas é o desempenho da economia, afetada pela queda do preço do cobre, principal produto de exportação do país.

Eleita pela revista *Forbes* como a quarta mulher mais poderosa do mundo, a presidente chilena legalizou o casamento gay num país onde ser homossexual era crime até 1999 e o aborto em casos de estupro, risco de morte para a mãe

e má formação do feto. Também foram realizadas reformas na educação, com o objetivo de ampliar o acesso gratuito a colégios e universidades, e no sistema tributário, que aumentou a cobrança de impostos para grandes empresas.



Wikimedia Commons

Presidente do Chile, Michelle Bachelet terminou primeiro mandato com 80% de aprovação; atualmente, conta com 32%

Para o sociólogo Eugenio Guzmán, a classe média tinha grandes expectativas com as promessas de Bachelet. E muito do que fez ainda não surtiu efeito. Por outro lado, a desaceleração econômica foi percebida imediatamente. Em seu governo, o Produto Interno Bruto (PIB), isto é, a soma de todas as riquezas produzidas no país, cresceu em média 2%, metade do que era registrado no primeiro governo de Piñera, quando o preço do cobre estava em alta.

[Leia também: Temer e Maia discutem andamento da reforma da Previdência na Câmara](#)

Escândalos de corrupção envolvendo diversos partidos – e o filho e a nora de Bachelet – também contribuíram para a desilusão dos eleitores com os políticos. Segundo pesquisa do Centro de Estudos Políticos (CEP), 60% dos eleitores do Chile não se identificam com os partidos atuais, aumentando a expectativa de baixa adesão nas eleições presidenciais.

** Com informações da Agência Brasil.*

Link deste artigo: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2017-11-19/chile-eleicoes.html>

Em eleição apática no Chile, ex-presidente Piñera é favorito

O candidato tem 34,5% das intenções de voto e terá lugar garantido no segundo turno

Por **Angela Nunes, de Santiago**

access_time18 nov 2017, 22h29 - Publicado em 18 nov 2017, 22h26

<http://veja.abril.com.br/mundo/em-eleicao-apatia-no-chile-ex-presidente-pinera-e-favorito/>



O candidato à Presidência do Chile, Sebastián Piñera, ao lado de sua esposa, Cecilia, durante campanha, em Santiago - 14/11/2017 (Ivan Alvarado/Reuters)

Faltando poucas horas para o primeiro turno das [eleições](#) no [Chile](#), nada nas ruas indica que o país esteja prestes a escolher o próximo presidente. Há pouco movimento na capital. Não há carros de som, cartazes ou panfletos. Os turistas desavisados nem imaginam que neste domingo, quatro anos depois de eleger [Michelle Bachelet](#), o Chile deve repetir a mesma dança do final do primeiro mandato da socialista, em 2010, quando escolheu o centro-direitista [Sebastián Piñera](#) para sucedê-la.

O milionário ex-presidente, que governou o país até 2014, lidera as intenções de voto, com 34,5%, segundo o Centro de Estudos Públicos (CEP). É uma posição confortável que, embora não evite uma decisão no segundo turno, limitará fortemente as chances de uma reviravolta.

Parte do marasmo em relação ao pleito é resultado da mais recente legislação eleitoral, de 2015, que estabeleceu limites para os gastos em campanhas e proibiu a propaganda nas ruas.

Outra parte da responsabilidade está na legislação que acabou com o voto obrigatório. Dos 14,3 milhões de convocados a votar este ano, apenas 6,5 milhões – 45% do total – devem comparecer às urnas, segundo a expectativa do governo.

Na eleição presidencial de 2013, a primeira com voto facultativo e que abriu um segundo mandato para Bachelet, apenas 41% dos chilenos foram votar. Mais tarde, o baixo comparecimento gerou problemas de legitimidade para Bachelet. Como teve 62% dos votos, na prática ela só contou com o apoio de 26% dos eleitores. Uma simples análise matemática levaria à conclusão de que a

presidente deveria ir devagar com o andor, uma vez que a maioria dos eleitores não depositou nela suas esperanças. Não foi o caso. Desde seu primeiro dia volta ao palácio La Moneda, Bachelet perseguiu uma intensa agenda de reformas, o que desagradou boa parte da população.

Em Santiago, não se vê uma única pessoa com camiseta de partido político, nem se ouvem comentários sobre os candidatos. “O desinteresse é geral, não vemos chances reais de mudar alguma coisa”, diz a universitária Eloisa Alberdi, de 21 anos, que pretende votar na senadora Carolina Goic. A candidata ocupa a quarta posição na corrida eleitoral, com apenas 5% das intenções, e é dirigente do Partido Demócrata Cristão, que integrou a coalizão que apoiou Bachelet. Questionada se a senadora governista representa a mudança desejada, Eloisa, com um suspiro conformado, diz apenas que “ela ao menos tem caráter”.

“No segundo turno, vou votar em branco”, completa Eloisa, referindo-se ao cenário mais provável, entre Piñera e o jornalista e senador Alejandro Guillier, que tem 17,5% das intenções.

A estudante não é a única a destacar um desapontamento geral com os candidatos, sentimento que explica o grande número de indecisos. A vendedora Marcela Miranda, de 48 anos, pretende votar amanhã, mas ainda não tem certeza de em quem vai depositar sua confiança. “Acho que no Piñera”, diz. Para ela, a única certeza é que o próximo presidente precisa romper com políticas implantadas por Bachelet. “A questão dos imigrantes para mim, é uma das mais críticas. A da educação também é muito séria”, diz, referindo-se ao aumento do número de refugiados que chegam no país e à reforma educacional, umas das principais promessas de campanha da presidente.

CHILE 1987

Senador Carlos Montes:

“Este ha sido un gobierno que cometió muchos errores en la conducción, pero ha acertado en la dirección”

Gilberto Lopes, desde Santiago

Su triunfo en la elección para el senado, el 2014, no dejó de ser una sorpresa. No era, sin embargo, un político desconocido. Llevaba varios periodos en el congreso, representando el Partido Socialista. Es un economista respetado. Preside las comisiones de Hacienda y la Especial Mixta de Presupuestos.

En su opinión, el gobierno de la presidente Michelle Bachelet será reconocido por las reformas realizadas, por un proceso de cambios estructurales. Pero no deja de reconocer que el gobierno “se olvidó de que los cambios requerían fuerza social”. El resultado es que la presidente termina con poco apoyo popular, que corre el riesgo de tener que entregar el gobierno, por segunda vez, a la oposición conservadora que encabeza Sebastián Piñera.

Lo que sigue es una versión editada de nuestra conversación, realizada el jueves por la noche en un restaurant de Santiago.

Ud. fue elegido senador hace cuatro años. No era favorito, pero ganó. Y ha acompañado a la presidente Bachelet en sus cuatro años de

gobierno. ¿Cuál es el balance de esos cuatro años?

Este ha sido un gobierno que ha cometido muchos errores en la conducción, pero acertado en la dirección. Es cierto que hoy tiene apoyo bajo, pero creo que ha sido un gobierno que ha va a marcar un hito en la historia de Chile. Hay un proceso de cambios estructurales que, a lo mejor, no son tan espectaculares porque es volver a la historia de lo que era el país antes de la dictadura.

Los errores principales han sido de orden de los procesos. Se quiso hacer todo desde el gobierno y del parlamento y se olvidó de que los cambios requerían fuerza social. No logramos acumular fuerzas.

La reforma tributaria no consiste solo en recaudar más, ha sido enfrentar muchos privilegios. Se ha desacreditado mucho esa reforma por cuestiones técnicas, pero no por su orientación. Recién el próximo año se van a pagar los nuevos impuestos y entonces veremos ese cambio.

La reforma educacional viene a cambiar un modelo que tiene ya 34 años. Durante todos estos años se pusieron recursos públicos para

financiar la educación privada. Partimos con mil millones de dólares, en el año 90, y estamos ya en 17 mil millones de dólares anuales.

Lo importante ahora es que se cambió la lógica del sistema de mercado, de ganancia en la educación. En el fondo se trata de redefinir el concepto de colegio particular subvencionado. Y hoy se publicó ley de educación pública, que repone a los niños en el centro del proceso.

En el caso de la educación superior, es la gratuidad lo que ha tenido más impacto político. Pero se trata de reponer en su lugar a la universidad estatal que ahora solo tiene 15% de la matrícula y alrededor de 30% de los recursos.

Otro cambio importante es en la relación del dinero con la política. Se acaba la posibilidad de que las empresas financien la política. El Estado es el que pasa a financiar las campañas políticas. Lo cierto es que la diferencia nuestra con el caso de Brasil, por ejemplo, es fuerte. Allí se enriquecieron con la corrupción, aquí no se hicieron grandes fortunas con eso. Pero la política se financiaba con esos dineros privados.

Otro cambio importante fue el del sistema político binominal que hacía muy difícil la representación parlamentaria de terceros partidos. Pero fue un cambio muy imperfecto porque se generaron distritos muy grandes, incontrolables.

En salud, en la región metropolitana, se están construyendo seis hospitales nuevos, después de 50 años. Debiera darse un salto en salud pública. En vivienda, volvimos al nivel que habíamos alcanzado en el gobierno de Allende. En desarrollo de la ciudad no había Estado.

Ud. critica una falta de visión sobre un modelo de crecimiento económico de los candidatos presidenciales en Chile. Su propuesta parte de que el modelo basado en la explotación de recursos naturales y rentas financieras tocó techo, de que se necesita aumentar la inversión pública. América del sur parece caminar en sentido contrario, si vemos Brasil, Argentina, Perú o Colombia. ¿Quién representa en Chile esta

opción?

Es parte de un debate entre monetaristas y keynesianos. Tenemos un sector de economistas de centroizquierda que consideran que la política monetaria va a generar beneficios sociales. Eso ha fracasado, no tiene nada que ver con la policía monetaria.

Hay también una cierta visión teórica que dice que el efecto multiplicador de la inversión pública es muy bajo. El ministro Valdez no cree en esa inversión. Bajamos la inversión un 3,7% y para el próximo año el crecimiento de la inversión pública será cero.

Hay una discusión sobre el endeudamiento. Estamos llegando a 25%. Pero si lo miramos en términos netos, es del 1%. La meta europea es llegar a 60%. Hay una lógica muy influenciada por una ideología que defiende un papel mucho menor del Estado en la economía, que estima que la tasa de interés es lo que determina el crecimiento.

Hay una disputa conceptual, teórica. No tenemos una corriente política alternativa en Chile. Es un Estado sin proyecto. Nos falta la idea de que el estado tiene que tomar la iniciativa.

¿Cómo evalúa Ud. los procesos políticos de los países vecinos:

Argentina, Brasil y Perú? Bolivia es, ciertamente, un modelo aparte, pero muy exitoso económicamente, ¿o no? ¿Por qué la Nueva Mayoría no ha podido presentar una propuesta consolidada al país que le asegurara una cierta continuidad en el gobierno?

Los vientos latinoamericanos vienen muy pro mercados. Lo más grave

es que, en la izquierda, no se ha generado una alternativa. Los intentos de generar esa alternativa no resultaron. Estoy pensando en Ecuador, en Brasil, en Argentina, en Venezuela. El caso boliviano es distinto. En Chile, cualquier intento de cambio tiene viento en contra. En la centroizquierda hay bastante tensión y eso impidió tener una propuesta política común de cara a las elecciones. Hubo diferencias políticas que impidieron esa propuesta. La derecha es poderosa; si el centro y la izquierda están divididos, la derecha nos pasa por encima. Hay quienes no asumen que es un momento de contención, de evitar los excesos. ¿Qué escenario vislumbra para los próximos cuatro años en Chile? El escenario más probable es que gane la derecha. Ante esta realidad, hay que combinar una capacidad para contener el intento de revisar todo lo que se ha avanzado y revitalizar a la gente, el mundo popular. Si ganamos, eso obligará a la centroizquierda a revitalizarse. Se requiere un cambio en la forma de hacer política, en los valores y explicar mucho más los objetivos. Sin fuerza social y política no se puede hacer cambios.

FIN

PALABRAS CLAVE

Carlos Montes – senador – elecciones – Chile – Bachelet – reformas – Piñera – derecha – neoliberalismo – América Latina

PIE DE FOTO

“Sin fuerza social y política no se puede hacer cambios”, afirma el senador socialista chileno Carlos Montes. Sin embargo, estima que el gobierno de la presidente Michelle Bachelet será reconocido por las importantes reformas que ha impulsado

Francisco Figueroa:

Llegamos para quedarnos, afirma este representantes de la nueva generación de la

política chilena

Gilberto Lopes, desde Santiago

Hay quienes les auguran un futuro difícil, que serán absorbidos por el establishment,

como ha ocurrido otras veces en la historia chilena. Figueroa no está de acuerdo. Asegura

que han llegado para quedarse. Pero está consciente de que es una apuesta. Habrá que

ver. Encabeza uno de los nuevos grupos políticos chilenos, surgidos de las movilizaciones

estudiantiles más recientes. Tiene 31 años y aspira a una diputación.

Con él hablamos en la sede de la “Izquierda Autónoma”, uno de los varios grupos en que

se dividieron luego de las protestas. Se lo comento. Me contesta que sí, pero que están en

un proceso de acercamiento. Por ahora, unidos bajo la bandera del Frente Amplio y la

candidatura presidencial de Beatriz Sánchez.

De Figueroa me llama la atención, no solo lo que dice, sino la forma como lo dice.

Descansa un momento, antes de empezar a hablar. Y explica como, desde su punto de

vista, han cambiado los desafíos para construir una propuesta política de izquierda, cuyas

exigencias serían hoy distintas a las que enfrentaron sus antecesores en el escenario

chileno.

Lo que sigue es una versión editada de nuestra conversación.

El historiador Gabriel Salazar critica el surgimiento de movimientos renovadores en la

política chilena –los liberales el siglo XIX, los comunistas y socialistas el siglo pasado y

sugiere que lo mismo pasa con los movimientos integrados por jóvenes ahora– que luego

se incorporan al establishment político. ¿Cuál es la alternativa? ¿Por qué aseguras que

ustedes llegaron para quedarse?

No comparto el fatalismo de Salazar. La política se desarrolla de un modo muy complejo.

La consigna de que “llegamos para quedarnos” es una consigna para la acción, antes que

una constatación. Es un llamado que muchas fuerzas nuevas hemos hecho para que el

movimiento popular chileno, que se ha activado en la última década, se proyecte políticamente, se disponga a construir un poder propio, a incidir en los destinos del país y

no se limite a reclamarle al Estado la satisfacción de ciertas necesidades.

Llegamos para quedarnos es una invitación la acción para que ese movimiento popular,

que se articula a espasmos –no de forma lineal–, se disponga a crear alternativas políticas

nuevas, a repensar estrategias de la izquierda. Esto es lo que está en juego. Si lo vamos a

lograr o no está por verse. No creo, en todo caso, que todo movimiento de impugnación

esté condenado a insertarse en el establishment.

Lo que hizo la Concertación (el conglomerado político que llevó a Michelle Bachelet al

poder la primera vez y que, con los comunistas incorporados, lo hizo la segunda vez) fue

desarticular el movimiento social y estimular una posición muy corporativa para presionar

el Estado y sacar beneficios. Lo que se hizo fue elitizar la política. Eso impidió que la

mayoría de la sociedad tuviera una participación autónoma, independiente de la política.

Hasta ahora la Concertación ha neutralizado a las nueva generaciones. Pero, de un tiempo

a esta parte, del 2005 o 2006, con la revueltas estudiantiles y las protestas de los

trabajadores subcontratistas, hay un movimiento social que desborda la política. Estamos

en medio de este proceso.

La construcción de una fuerza política transformadora se ha revelado siempre muy difícil.

¿Es diferente ahora?

Es radicalmente diferente de lo que la izquierda histórica conoció. Primero, la sociedad

chilena sufrió una transformación radical desde la dictadura. No es el mismo Chile que

conoció la izquierda de los grandes partidos Comunista, Socialista, o el mismo MIR.

Las clases sociales que fueron la base de esta izquierda ya no existen. La dictadura, el

neoliberalismo, cambiaron de raíz la sociedad chilena y es algo que la izquierda no asume

todavía. La cambió, principalmente, porque la clase obrera tradicional, que dio vida al PC,

al PS, tiene un peso mucho menor en la sociedad chilena. Las clases medias, que crecieron

al amparo del Estado desde los años 20, también han disminuido su importancia en la

sociedad. Sus referencias sociales, la educación pública, las posibilidades de bienestar

ofrecidas por el Estado, perdieron arraigo en la sociedad chilena.

El neoliberalismo impulsó tanto la desarticulación del Estado como la mercantilización de

la vida. Los nuevos asalariados no están organizados colectivamente. Tener sindicatos en

este país es una odisea. También culturalmente se les ha hecho depender cada vez más de

su participación individual en el mercado, para batirse allí por sus necesidades, antes que

apoyarse en la fuerza colectiva. Como los asalariados tienen que batirse por sí mismo en el

mercado, hay un desafío para organizarlos. Las recetas de la izquierda del siglo XX no nos

bastan para esto.

Como un síntoma de los nuevos desafíos está la impugnación de este orden social

mediante el estallido del problema educacional. Hoy, en las revueltas estudiantiles, lo que

hay son jóvenes crecientemente proletarizados. Porque en este país, donde hay tanta

desigualdad social, en tu vida todo depende del colegio al que vayas, de la educación que

recibas. Las personas entienden eso.

A partir de ahí se constituye esta nueva izquierda, de problemas como esos, no de los

problemas que animaban a la izquierda en el pasado.

Tu dices que la inspiración de esta nueva izquierda viene de experiencias de otros

referentes de América Latina, principalmente de Uruguay y Colombia. Pero América Latina

parece caminar hoy en otra dirección. ¿Cómo ven ese proceso, al que se puede sumar

Chile, si gana Piñera?

La experiencia de Chávez, sobre todo, y luego la de Evo Morales, fueron muy estimulantes

para la nueva izquierda chilena en la década de los 2000. Pero éramos muy conscientes de

que obedecían a condiciones muy particulares. Sin embargo, impugnaron una hegemonía

neoliberal que durante mucho rato permaneció incontestada en el continente.

En un país como Chile, donde esa hegemonía fue particularmente brutal, eran una luz de

esperanza muy estimulantes.

Hoy día todo ese ciclo progresista, popular, está siendo contestado por las élites económicas del continente, afectado también por las propias debilidades de los progresismos latinoamericanos.

Construir izquierda hoy día supone hacer un examen crítico de esta experiencia.

Por lo pronto, por lo menos lo que nosotros vemos, apunta al hecho de que, sin cambiar el

modelo de desarrollo de las sociedades latinoamericanas, sin romper con la dependencia

de la exportación de materias primas, es imposible sostener un proceso de transformación

social y política, porque eso nos condena a una estructura social arcaica, deja de lado la

redistribución de riqueza, que es el gran saldo positivo del chavismo y, en menor medida,

de la experiencia de Lula y del PT en Brasil. Se dejó las economías muy a expensas del

capital trasnacional y eso abrió una fisura en estos procesos que debe llevarnos a

reflexionar. No se trata solo de redistribuir riqueza intensificando nuestras exportaciones

de madera, de pescado o de cobre, que es lo que exporta Chile.

Por otro lado la experiencia –sobre todo la venezolana, que ha sido la más fuerte–, nos

indica que el viejo paradigma de empujar la transformación social desde el Estado por

sobre la necesidad de construir fuerza social en la base de la sociedad va socavando la

necesaria democracia popular que tiene que conducir los procesos de cambio.

No es casualidad que el proceso venezolano haya terminado dependiendo de la lealtad del

poder militar más que de la iniciativa popular. Y eso alude al viejo problema de creer que

la transformación se hace desde el Estado, llegando al poder por las armas o por los votos.

En un país tan neoliberal como Chile, con un Estado tan sometido al poder de los

mercados, desatender la construcción de la fuerza social transformadora es un error

estratégico.

¿Cómo se vería Izquierda Autónoma en un eventual gobierno de Alejandro Guillier?

Todo apunta a que un eventual gobierno Guillier será la continuidad del gobierno

Bachelet. Y lo que ha significado el gobierno Bachelet ha sido profundización de la subsidieraridad del Estado, de la noción según la cual los servicios del Estado deben estar a disposición únicamente de la población que no constituye una clientela atractiva para el mercado. De ahí que el Estado, para Bachelet y Guillier, sea un Estado de entrega de bonos a los más pobres pero no de expansión de los servicios públicos, ni de consolidación del principio de universalidad de los derechos sociales.

En lugar de hacer un balance crítico del gobierno de Bachelet, del hecho de haber prometido reformas y hoy tenga un muy poco respaldo ciudadano, lo que hace Guillier es no someter a revisión este rumbo, que no tiene mucha popularidad. El resultado del gobierno Bachelet es menos educación pública –en términos de cobertura del sistema– y más educación privada. Es lo que llamamos un mercado gratuito. Se ampliaron los subsidios para acceder a la educación, pero en términos reales la industria privada de la educación, tanto primaria como superior, ha crecido a un ritmo muy veloz. La participación de la educación pública hoy es menor, si comparamos con el inicio del gobierno Bachelet.

Y pasa lo mismo con la salud. Hubo

Fernando Atria, socialista, candidato a diputado:

Estamos viviendo los estertores de una forma política en Chile

Abogado, precandidato a la presidencia por el Partido Socialista, hoy aspira a una diputación por el distrito más conservador de Santiago. Pero está optimista. Conversamos en su casa. En la del frente celebran, con himno nacional, la fecha del golpe de 1973.

Atria habla de un cambio de época en la política chilena, una política “neutralizada”, incapaz de hacer cambios, de responder a las inquietudes de los ciudadanos. “Las demandas surgidas de la sociedad son desoídas por el poder”, asegura. No se trata solo de las reglas, sino de una cultura política surgida al calor de esas reglas.

Es curioso. En Chile todos hablan de esa “cultura política”. Es la herencia (trágica) del pinochetismo. Pero hay quienes la disfrutaban. Para reordenar la política, en opinión de Atria, el país requiere una constituyente. Sin embargo, asegura que no hay como hacerla. Los beneficiados por el sistema no lo permiten.

“Pero el problema constitucional se va a solucionar, por las buenas o por las malas. Esa situación, de una política neutralizada, es inestable, y se va a solucionar, de una manera o de otra”, afirma.

Lo que sigue es una transcripción editada de nuestra conversación, el viernes por la noche.

Ud. ha hablado de un nuevo periodo en la política chilena. ¿Qué significará esto para el período que se inicia en marzo próximo con el cambio de gobierno?

Hay un cambio de época en política chilena desde las manifestaciones de protesta del 2011. Esas manifestaciones, que no fueron solo estudiantiles, produjeron la impugnación del modelo neoliberal. Ocurrió, entre otras cosas, porque había un gobierno de derecha (el de Sebastián Piñera que gobernó de marzo del 2010 al 2014).

Todavía estamos bajo efecto de estas movilizaciones. Lo que explica también el segundo gobierno de la Bachelet (que comenzó el 2014 y terminará el marzo próximo). Es indudable que este es el gobierno más transformador de la historia chilena desde el retorno a la democracia, en 1990. Pero durante este gobierno aprendimos cual es realmente nuestro problema: es una forma política incapaz de producir transformaciones significativas en el país.

Si uno mira los últimos 27 años en Chile, no ha habido prácticamente ninguna modificación significativa. Quizás se pueda citar solo la reforma procesal penal. Esto tiene que ver con una política que está neutralizada, que no puede hacer transformaciones. Lo que tiene dos consecuencias: una es que las demandas surgidas de la sociedad son desoídas por el poder. No importa cuanta gente marche contra las AFPs (los organismos que administran el sistema de pensiones, muy criticados por su forma de funcionamiento). La posibilidad de discutir seriamente su eliminación no existe.

Originalmente, la neutralización estaba en la constitución, por los mecanismos establecidos para ciertas reformas. La ley de educación se dictó el último día de la dictadura de Pinochet y al día siguiente, si se quería cambiarla, había que tener el apoyo de la UDI (el partido más conservador, sin cuyos votos no se podía alcanzar la votación necesaria para los cambios). La Concertación no tuvo mayoría en las cámaras por quince años. No se podía hacer reformas sin apoyo de los partidarios de la dictadura.

Lo que ocurrió desde 1990 es que la neutralización pasó de las reglas constitucionales, que sí existen, a la cultura política que floreció bajo esas reglas. Aun cuando las transformaciones sean constitucionalmente posibles, no se

pueden hacer porque las formas institucionales contienen una idea muy particular de lo que es apropiado o no, de lo que es una política seria o no.

Lo que Chile necesita es un psicoanálisis. El problema ya no está solo en las reglas, sino también en la cultura política. Entonces, ¿cómo demonios lo hace uno? ¿Cómo se ve, desde la posición del ciudadano, esa cultura política? Lo primero que se percibe es que la política es indiferente a la posición de los ciudadanos, lo que la lleva a su deslegitimación..

Hoy día se puede escuchar habitualmente que vamos a hacer las transformaciones mediante grandes acuerdos. Y eso es una contradicción, porque la mantención del statu quo es del interés de alguien y ese alguien no va a estar de acuerdo con hacer esas transformaciones.

La segunda cosa que se ve, desde el punto de vista del ciudadano, es que esa política neutralizada no tiene fuerza para hacerle frente al poder económico. Solo funciona cuando responde al interés de ese poder económico. Cuando hay reformas que interesan al poder económico, vienen rápidamente. Cuando provienen de los ciudadanos, son ignoradas.

Las Instituciones de Salud Previsional (isapres), por ejemplo, llevan diez años siendo condenadas por los cambios que hacen en sus planes de salud. Todos saben que si se reclama ante los tribunales, estos cambios van a ser declarados inconstitucionales. Pero, a pesar de eso, solo el 10% de los afiliados a las isapres van a la corte cuando se sienten afectados. El otro 90% no va.

Durante diez años el legislador ha observado esto sin hacer nada para corregirlo. Cada vez que el ciudadano se encuentra frente al poder económico, el poder económico abusa de los ciudadanos. ¿Dónde está la política? Está del lado del abusador, contra el ciudadano. Esto hace que la política sea vista cada vez con más desconfianza, con desencanto. Estamos viendo una forma política que se va deslegitimando. Algún día tiene que pasar algo; no mañana, quizás, pero

algún día. Eso es lo que estamos viviendo en Chile hoy. La forma política de los últimos 27 años tiene pasada su fecha de vencimiento.

Solo en el primer año de este segundo gobierno de la Bachelet se salió un poco de este esquema, con las reformas educacional, electoral y tributaria. Eso duró una año, hasta que se acabó, y todo volvió a la normalidad.

La solución tiene que estar a la altura del problema y lo único que está a la altura del problema es una asamblea constituyente. Una nueva constitución es urgente para el país. ¿Hay posibilidad de convocar a esa constituyente? ¡No! Pero el problema constitucional se va a solucionar, por las buenas o por las malas. Esa situación, de una política neutralizada, es inestable, y se va a solucionar de una manera o de otra.

¿Qué deja, en su opinión, el gobierno de Michelle Bachelet? ¿Cuál es su balance?

Como dije, es el gobierno más transformador que ha habido en el país desde 1990, cuando se volvió a la democracia. Pero ha tratado de transformar en un contexto en que no se puede transformar. La derecha dice que la reforma tributaria, o la reforma educacional, se aprobaron pasando la aplanadora. ¿Cómo se puede decir eso con un congreso con amplia representación de la oposición? Nosotros pensamos que se podía legislar sin apoyo de la oposición, era lo que parecía decir el gobierno con los cambios que impulsó en su primer año.

Pero después solo escapó de ese esquema la ley del aborto. Inclusive la reforma laboral se sometió a la normalización, una reforma que tenía como objetivo fortalecer a los sindicatos, restablecer el derecho de huelga. Pero una reforma de verdad, que restableciera la negociación por rama de actividad, era imposible.

¿Cómo vería Ud. su papel en un eventual gobierno de Sebastián Piñera?

Las transformaciones de este gobierno han cambiado los términos de nuestras discusiones futuras. La ley de inclusión incluida en la reforma educacional prohibió la selección escolar, que los colegios eligieran a sus estudiantes. Estamos hablando de establecimientos financiados por el estado que, sin embargo, podían seleccionar a los estudiantes que aceptaban. La derecha dijo que prohibir esto era un atentado a la libertad y en su programa de gobierno plantearía restablecerla para el 30% de la matrícula. Yo me preguntó como el proyecto de Piñera no contempla restablecerla para el 100%. No lo hacen porque no pueden. Ese es un triunfo cultural. La selección de estudiantes es vista ahora como algo inaceptable. Piñera tiene que darles algo a sus partidarios, pero no puede darles todo.

Por un lado las reformas de Bachelet cambiaron el sentido común y todavía no alcanzamos a ver las dimensiones de esto. Es un avance, pase lo que pase en las elecciones. Pero terminar el gobierno más transformador de los últimos años y entregarlo a un gobierno que va a tratar de deshacer todo es una pésima noticia.

No me atrevo a hacer predicciones, escucho decir que esta es una derecha que ya aprendió y que, si gana con Piñera, no va a haber solo un gobierno de la derecha, sino dos. No se, no me he puesto todavía a pensar en esta hipótesis.

¿Cómo articular la acción política parlamentaria con los movimientos sociales, un reclamo que hacen inclusive miembros de la Nueva Mayoría y que le reclaman como ausente en el gobierno de Michelle Bachelet?

Esa es la pregunta. Probablemente una de las cosas más nefastas del sistema binominal que imperaba en el país fue la idea de que la política era lo que pasa en las instituciones y no en la sociedad.

El problema es que este divorcio no afecta a todos los agentes políticos del mismo modo. A la derecha no le importa que se corten los vínculos de la política con los sindicatos. Cuando eso ocurre quien queda sin poder es la izquierda, que pierde ese apoyo y solo puede acudir a la negociación con la oposición.

Estos vínculos no están rotos por decisiones individuales, están rotos por características de la política binominal. Recuperarlos requiere una nueva constitución. Aunque es cierto que al principio del proceso de transición hubo una intención de desmovilizar la sociedad. Edgardo Benninger, asesor del primer presidente de la transición, Patricio Aylwin, era la cara más visible de esa política.

¿Y con el Frente Amplio, se podrá llegar a acuerdos parlamentarios?

Va a haber que hacer eso. Para quienes estamos en la izquierda, una prioridad es la unidad. Eso implica varias cosas. Supone una izquierda distinta, un Partido Socialista que esté en la izquierda y un Frente Amplio capaz de constituirse como un agente político relevante. Y eso aun está por verse. Pero va a haber una bancada del FA en la asamblea y si yo estuviera ahí buscaría un acuerdo con esa bancada.

Si no hay unidad de la izquierda vamos a tener dos izquierdas, que van a ver la destrucción de la otra como un desafío.

FIN

PIE DE FOTO

En Chile se está viviendo los estertores de una forma política. Una forma de política “neutralizada”, que no tiene fuerza para hacerle frente al poder económico. Cuando las reformas interesan al poder económico, vienen rápidamente. Cuando provienen de los ciudadanos, son ignoradas, dice Fernando Atria, candidato socialista a la cámara de diputados.

Gabriel Salazar, historiador chileno:

Las cosas comenzaron a salir mal en Chile desde hace casi cien años atrás

Gilberto Lopes, desde Santiago

Mirando los últimos 50 años de la historia chilena, ¿cuándo comenzaron a salir mal las cosas? ¿O es que han salido bien? Esa fue mi primera pregunta a Gabriel Salazar, historiador chileno, premio nacional de Historia 2006, considerado uno de los más destacados exponentes de la historiografía social y política contemporánea de Chile. Autor de innumerables libros, es requerido, con frecuencia, para reflexionar sobre los procesos políticos que ha vivido el país, con la esperanza de que, así, eche luz sobre el escenario actual.

Eso intenté yo también. Le pregunté por los últimos 50 años, pero Salazar, historiador al fin, fue más atrás, hacia 1925, cuando un proceso de protestas populares acabó sumido en maniobras política que lo hicieron abortar. Estamos hablando del período de los presidentes Arturo Alessandri (1920-25 y 1932-38) y de Carlos Ibáñez del Campo, un militar que asumió el poder dos veces también (1927-31 y 1952-58), sucesivamente aliado y enemigo de Alessandri, de quien fue ministro. Ahí ve Salazar el origen de un proceso que, en su criterio, sigue vigente en Chile.

Lo que sigue es un texto editado de la conversación que sostuvimos en su casa, en Santiago, el viernes pasado.

Las cosas comenzaron a salir mal en Chile desde 1925, casi cien años atrás, afirma Salazar. En el año 25 se presentó una coyuntura decisiva, crucial, donde había que tomar una decisión estratégica para el país. En ese año se produjo la crisis del sistema político del siglo XIX, de la constitución del 1833, del régimen creado por Diego Portales, que se había corrompido con el parlamentarismo.

En su opinión, era una crisis terminal. En consecuencia se abrió un período pre revolucionario. Había que cambiar el sistema, la constitución. Las masas, la Federación de Obreros de Chile (FOCH), los estudiantes y otros actores sociales se autoconvocaron en asambleas nacionales (que no estaban previstas en la constitución), para dictar leyes y resolver problemas económicos o el problema educacional. Y como los reprimieron decidieron autoconvocarse en asamblea constituyente. Efectuaron la asamblea y acordaron los fundamentos de una nueva constitución.

¿Qué plantearon?

Plantearon tres cosas, dice Salazar: que el estado que se construyera no fuera liberal, sino un estado con la tarea específica de desarrollar la industria, dar empleo, etc. A esos efectos dijeron que el Estado debería estar constituido por una asamblea unicameral compuesta solo por representantes de la clase productora, por empresarios y trabajadores, por profesionales, pero con exclusión de los políticos. El objetivo era hacer de Chile un país industrializado.

Lo otro era que todos los representantes del pueblo y los empleados públicos deberían ser responsables ante la asamblea que los nombraba y, por lo tanto, podría revocarles ese nombramiento.

Y la tercera propuesta era abolir el ejército profesional en Chile, un planteamiento con el que están de acuerdo los oficiales jóvenes pero no los de mayor graduación. En realidad, solo la oligarquía y los oficiales de alta graduación

estaban en desacuerdo con este planteamiento. Este es el punto clave de la historia de Chile.

Los militares que habían asumido el poder se enfrentaron con el mismo problema que tenemos hoy: ¿cómo se organiza una asamblea constituyente? Los dirigentes políticos sugirieron que se organizara según lo establecía la ley; que el presidente Arturo Alessandri, que había tenido que renunciar, volviera y se encargara del proceso constituyente. Cuando volvió, enormes masas lo fueron a recibir. Alessandri pide disolver la junta militar y nunca convoca la constituyente. Designó a dedo dos comisiones: una para preparar el evento, que se reunió solo una vez; y otra, que debía discutir los temas de fondo, integrada por 10 o 12 personas, presidida por el propio Alessandri. Él fue dictando, artículo por artículo de la nueva constitución, la misma del 33 con algunas reformas.

Engañó a medio mundo, asegura Salazar. Al final llamó a un plebiscito para decidir sobre la nueva constitución: sí o no. Un plebiscito realizado bajo estado de sitio, con los militares controlando las calles y registros electorales viciados. Se aprobó, con un 60% de abstención, la constitución liberal del 1925, que rigió en Chile hasta el golpe de 1973.

Después viene la dictadura del coronel Ibáñez, enemigo de Alessandri. Ibáñez se convirtió en hombre fuerte y dictador. Pero, aun siendo revolucionario, no abolió la constitución del 25. Gobernó mediante decretos con fuerza de ley, nacionalizó el salitre y dictó el Código del Trabajo. El 31 Ibáñez cae, resultado de protestas promovidas por una alianza de estudiantes y profesores de medicina.

Este es el nudo del problema que atraviesa el país del 31 al 73. El Estado era liberal, no estaba capacitado para producir el desarrollo de la economía porque tenía que intervenir en el mercado y favorecer el desarrollo de la producción y el Estado liberal no sirvió para eso.

Alessandri luego se vuelve a elegir en 1932 y crea una Guardia Republicana que desfilaba armada por las calles. Una idea le gustó a la izquierda. Los socialistas y los comunistas empiezan a desfilar también; el padre Hurtado organiza igual a los cristianos, recuerda Salazar.

El Partido Comunista, el Partido Socialista y el Partido Radical aceptaron la constitución ilegítima del 25. El nuevo Código del Trabajo destruyó las mutuales que había creado el fundador del Partido Comunista, Luis Emilio Recabarren. La constitución del 25 se consolidó, los partidos de izquierda entraron al sistema y los trabajadores, obedeciendo lo estipulado en el Código del Trabajo, dejan de hacer política. Para Salazar, en esto reside la tragedia de este modelo político.

Aparece Allende

De allí va a surgir la figura de Salvador Allende. Él se formó en esa cultura, afirma Salazar. Allende creía que la constitución del 25 era legítima y que los militares eran respetuosos de la ley, porque eso era lo que decía la historia. Estaba orgulloso de la estabilidad de las instituciones políticas de Chile. Por último, tenía como modelo político a Diego Portales (forjador del Estado chileno, cuya visión quedó plasmada en la constitución de 1833). Por eso Allende perseveró en esa política, creyendo que el estado liberal permitía hacer la revolución. Y por eso siguió, hasta el final, insistiendo en el respeto a la constitución.

El segundo problema es que, después del 1932 el pueblo había sido mandado a la calle, como masa que desfila, que espera a ser conducida. El pueblo soberano, el que se alzó el 25, se transforma en masa que marcha por las calles. Pero las resoluciones las iban a tomar los partidos políticos. El pueblo protesta, marcha, aplaude, pero sigue a la vanguardia.

El tercer problema es que el estado liberal no produjo el desarrollo industrial esperado. Lo que hizo fue profundizar la dependencia. La juventud no quería respetar la ley y Allende la seguía respetando. Eso explica porque la juventud

empezó a aburrirse de la vía parlamentaria al desarrollo y produce una rebelión. Por eso se llega, en 1973 (el año del golpe militar de Pinochet), en una situación catastrófica. Porque el pueblo no tomaba decisiones y, cuando las tomaba, Allende no las reconocía. El pueblo encuentra que su liderazgo queda empantanado dentro de la constitución del 25.

La intervención norteamericana

Salazar ve a los norteamericanos preocupados con la posible expansión del ejemplo de Allende por América Latina. No les preocupaba el partido Comunista, ni el MIR, les preocupaba Allende, asegura. Si Allende triunfaba, si el Estado liberal hacía una revolución socialista, los demás países iban a adoptar la misma política. Había que eliminar a Allende y su ejemplo a como diera lugar.

Cuando se vieron ante la disyuntiva de salvar el modelo o salvar a Pinochet, Reagan saca a Pinochet. Pinochet se va cargando todos las culpas de la violación de los derechos humanos, pero queda el modelo. El golpe tenía, sin embargo, que mostrar las virtudes del modelo liberal. Por eso propusieron un estado liberal purificado, el modelo neoliberal. Y fue en Chile donde se aplicó eso de forma más radical.

Se necesitaba que alguien lo administrara sin cambiarlo. Por eso la transición en Chile la hacen puros viejos, que aceptan administrar el modelo. Esa fue la movida y eso explica porque los políticos chilenos adoptan el modelo como propio y lo administraron bien, sobre todo Ricardo Lagos. El capital financiero llegó y la economía se reactivó. Eso explica la Concertación (la coalición creada luego del retiro de Pinochet) y porque se resistió a aplicar un modelo distinto; no se incorpora ya al pueblo a las decisiones que se han ido tomando. Bachelet no invita a ningún actor social a apoyar sus reformas.

¿Qué tanto desarrollo real ha producido el modelo neoliberal en Chile?, se pregunta Salazar. Chile no se ha industrializado, contesta. Por el contrario, se ha

producido una desindustrialización del país. Lo que ha aumentado es la exportación de productos primarios. De 400 mil tn de cobre que se exportaba durante el gobierno de Allende, ahora se exporta entre 5 y 6 millones y el precio se disparó, aunque ha bajado de nuevo.

Por otro lado se ha incentivado el consumismo. Como hay aranceles muy bajos, la gente consume. Y busca el crédito. Chile es el país con la más alta deuda per cápita en América Latina, y los quintiles más pobres tienen una deuda de arrastre equivalente a ocho o nueve veces su ingreso anual. Viven con el trauma de la deuda.

Desencanto con la política

El resultado de este proceso es que, poco a poco, a partir del 2011, el descontento fue canalizando por la reivindicación de una asamblea constituyente.

La derecha en Chile es muy disciplinada, porque sabe que es minoría. Su votación se mantiene entre un 38% y un 44%. Históricamente la centroizquierda es mayoría en Chile. Pero hoy no existe izquierda parlamentaria. La izquierda está sumida en el anonimato de los movimientos sociales.

En 1990, el primer año de la Concertación, el 54% de los chilenos rechazaba a los políticos y a los partidos. Hoy esa cifra supera el 90%. Esto explica porque cada vez más la gente no vota. En grandes ciudades el 75% de la gente no votó.

En estas elecciones creo que va a haber menos abstención porque la gente que no está con Piñera tiene que votar para evitar que él gane. Pero es una apariencia, es una mentira. Nadie cree en el sistema. Van a votar para evitar que gane Piñera. Se ha tomado conciencia de que, si no votamos, puede ganar. La

clave está hoy que haya el mínimo posible de abstinencia. Y que toda la gente de izquierda vaya a votar.

Pero el voto contra Piñera no resuelve nada tampoco. Guillier es continuidad y para gobernar tendría que contar con el Frente Amplio. Pero no va a tener una mayoría para seguir con las reformas, y el FA es un archipiélago con diferentes grupos.

En todo caso, Salazar estima que hay mar de fondo en todo esto y que, en Chile, hay una ciudadanía que se ha ido empoderando poco a poco.

FIN

PALABRAS CLAVE

Gabriel Salazar – historia – Chile – Arturo Alessandri – Carlos Ibáñez – 1925 – 1973 – Salvador Allende – Estados Unidos – Piñera -

PIE DE FOTO

Para el historiador chileno Gabriel Salazar los orígenes de la actual crisis política chilena están en un proceso que comenzó en 1925, cuando las manobras políticas marginaron a un pueblo que protestaba de las reformas políticas constituyentes aprobadas ese año.

“La coalición de Bachelet se desconectó de la clase media”

https://elpais.com/internacional/2017/11/18/america/1510959879_737734.html

La psicoanalista cree que el fallo del centroizquierda fue no respetar el deseo los chilenos que adoran el consumo y no quieren reformas tan fuertes

R. M.

Santiago de Chile 17 NOV 2017 - 21:46 BRST



La psicoanalista Constanza Michelson, durante la entrevista en Santiago de Chile. SEBASTIÁN UTRERAS

Constanza Michelson (Viña del Mar, 1978) es una conocida psicoanalista chilena, autora de libros como *50 sombras de Freud* y *Neuróticos*. Cercana al centroizquierda, Michelson se ha convertido en un personaje mediático y es columnista en *The Clinic* y *El Huffington Post*. Ella cree que la clave [de estas elecciones](#) está en el fallo del centroizquierda, que no respetó el deseo de una parte de la clase media chilena, que adora el consumo y no quiere reformas tan fuertes, aunque está convencida de que [Michelle Bachelet](#) acabará siendo bien valorada en la historia chilena.

Pregunta. ¿Cómo llega Chile a estas elecciones?

Respuesta. Como está pasando en todos los países occidentales, hay una caída abrupta del centroizquierda. Algo ocurrió, dejó de representar a la clase media, al pueblo. Es lo que sucedió en EE UU con los demócratas.

P. ¿Qué quería esa clase media que no le da el centroizquierda?

R. Hay un cierto maltrato de la élite del centroizquierda hacia una clase social que le parece totalmente alienada en el consumo. Esa élite ya pasó por ahí en los noventa, ahora les interesan más otras cosas, las comunidades ecológicas y esas historias. El socialismo se convirtió en una ética y una estética del buen gusto, ajena al consumismo. Pero hay una clase que emergió que sí lo quiere porque implica ascenso social. Hubo un punto clave en el Gobierno de Bachelet cuando apareció el ministro de Educación, [Nicolás] Eyzaguirre, y dijo algo brutal: que toda esta gente que está aspirando a estos colegios particulares subvencionados, que son de clase media, son arribistas, que es pura superchería querer tener un colegio con nombre en inglés. Los trató de

vulgares y estúpidos. Eso revelaba el desprecio. Bachelet dijo que escuchaba a la calle, pero en realidad esa calle eran los estudiantes, que en sí mismos también son una vanguardia.

P. Bachelet llegó con mucho apoyo popular. ¿Qué pasó?

R. Hay mucha gente detrás de las protestas, también del movimiento [No más AFP](#) [que reclama pensiones públicas en Chile, donde están privatizadas], pero no todo el mundo ahí aspira a lo mismo. Bachelet lee que la gente está pidiendo gratuidad en la educación, igualdad, pero cuando le dicen a la gente que le van a sacar la plata para ir a un fondo común para repartir las pensiones, muchos dicen, "no, yo no trabajo igual que el de al lado, yo trabajo más y mi pensión debe ser más alta".

P. ¿Chile en realidad es de derecha y la izquierda ha sido un accidente?

R. No, no, se puede explicar con una distinción psicoanalítica. Uno no desea lo que dice que quiere. Tú dices: "Yo quiero tener una relación estable", pero siempre te metes en relaciones problemáticas. En política pasa algo así. Chile, desde el discurso, siempre ha sido un país de centroizquierda. Sin embargo, corre paralelamente algo que tiene que ver con el ethos del neoliberalismo, que es el individualismo. Se ve en psicología. El progresismo empuja reformas sociales, el bien común, pero ¿dónde va la élite? Al "conócete a ti mismo", al *mindfulness*. Además, el discurso progresista se centra tanto en las minorías que deja fuera a esa clase media aspiracional. Y ahí entra el populismo de derecha, que le habla de crecimiento, de desarrollo personal, que hoy día en Chile es [Sebastián] Piñera.

P. ¿Por qué tiene tanto éxito Piñera?

R. El neoliberalismo caló hondo en la sociedad chilena, porque se ancla muy bien en el deseo humano, en el “quiero tener más”. Ese “yo logré esto, no me lo quiten” es una resistencia moral precisamente de la clase a la que más beneficiarían las reformas de Bachelet. Esa gente que dice: “¿Por qué me van a sacar el colegio en inglés y me van a obligar a que mi hijo vaya a la escuela pública con ese vecino con el cual creo que tengo una diferencia?”. Está instalado que si logré un estado de vida, aunque esté muy endeudado para lograrlo, nadie me lo puede quitar. Es fuerte esa especie de orgullo. Y entonces llega la élite de izquierda y le pide que renuncie, que vaya a la educación pública, mientras ellos llevan a sus hijos al colegio francés. ¿Por qué tendrían que aceptarlo?

P. Pero en Chile salen miles de personas a la calle a defender la educación pública, las pensiones públicas. ¿Hay dos países?

R. El activismo es potente y tiene poder comunicacional. Pero es una burbuja que aparentemente no es tan representativa.

P. ¿Chile gira a la derecha?

R. Lo nuevo es que ha aparecido una derecha con un discurso impúdico. Hasta ahora hacía el discurso del pragmatismo. Pero ahora no, ahora dice: “Nos gusta el consumo, ¿y qué?”. Piñera es más sobrio que [Donald] Trump, como buen chileno. Pero está [\[José Antonio\] Kast](#), que representa lo que [Mario] Vargas Llosa llamó la derecha cavernaria chilena. Kast convierte a Piñera en una derecha más moderada.

P. ¿Qué queda del pinochetismo?

R. Está Kast. Y bueno, el gran financiador de la política chilena fue el yerno de Pinochet. Pero Chile ha ido cambiando como la sociedad mundial. Queda poco de esa cosa autoritaria, de seguir esperando un mesías que venga a salvarnos. La gente es más individualista, se salva sola.

P. ¿Qué le pasó a Chile con Bachelet?

R. Cuando llegó hubo un gran entusiasmo, también estaba el contexto mundial, parecía que se estaba acabando una época, estaba [Occupy Wall Street](#), la primavera árabe, [los indignados en España](#). Había una efervescencia. Por eso tuvo ese apoyo. Creo que ella no va a perder esa conexión con el pueblo. Ella es nuestra abeja reina. La conocimos en un tanque cuando era ministra de Defensa. Ella está llena de traspiés, pero hay algo que ella aporta, esa idea del poder de la sonrisa, que tiene efecto. Creo que va a quedar como una de las presidentas más importantes de la historia de Chile de todas maneras, la historia la va a enmendar.

P. ¿Ni siquiera perdió esa imagen con el escándalo de su hijo?

R. Creo que la intachabilidad no la perdió nunca. La plata no le tocó nunca a ella. Le pegó el caso porque se la vio debilitada, se corrió el rumor de que iba a renunciar. Se la vio como una madre que iba a claudicar. Hay algo ahí con el hijo que el centroizquierda no supo ver. Hay mucha gente como el hijo de Bachelet, al que le gusta el dinero, y ya. Eso muestra la desconexión del progresismo con gente incluso como el hijo de la presidenta.

EL PAÍS - Elecciones Chile



ELECCIONES EN CHILE



Chile prepara un giro a la derecha tranquilo

CARLOS E. CUÉ

ROCÍO MONTES
[19/11/2017 - 00:04 CET](#)

El probable cambio de tendencia se vive sin dramatismos y con el fantasma de una enorme abstención

ELECCIONES PRESIDENCIALES EN CHILE

La noche del centroizquierda

ASCANIO CAVALLO
[18/11/2017 - 05:13 CET](#)

El centroizquierda chileno se prepara para ingresar en “una larga noche”, con el peso de un Gobierno que ha sido vivido como un fracaso

CONSTANZA MICHELSON | PSICOANALISTA



“La coalición de Bachelet se desconectó de la clase media”

C. E. C.

R. M.
[18/11/2017 - 00:32 CET](#)

La psicoanalista cree que el fallo del centroizquierda fue no respetar el deseo los chilenos que adoran el consumo y no quieren reformas tan fuertes



El corazón del nuevo Chile de Piñera

CARLOS E. CUÉ

ROCÍO MONTES
18/11/2017 - 00:28 CET

Costanera Center, el mayor centro comercial de Latinoamérica, se llena de clase media en un país que se prepara para un giro a la derecha

JORGE BARADIT| ESCRITOR SUPERVENTAS CHILENO



“Bachelet fracasó porque los chilenos solo querían su parte de la torta”

CARLOS E. CUÉ

ROCÍO MONTES
17/11/2017 - 00:34 CET

El escritor asegura que la sociedad chilena no pedía un país más justo, más solidario, querían participación de las ganancias

ELECCIONES CHILE



Bachelet, una estrella en decadencia que abre paso a la derecha

CARLOS E. CUÉ

ROCÍO MONTES
17/11/2017 - 00:34 CET

Las elecciones en Chile se convierten en un plebiscito sobre el legado de una presidenta en horas bajas

CHILE



[Vídeo](#)

Apuñalado en plena campaña chilena un senador muy crítico con la inmigración

CARLOS E. CUÉ

ROCÍO MONTES
[16/11/2017 - 01:09 CET](#)

Fulvio Rossi está fuera de peligro, pero permanece el hospital por las heridas en el abdomen y un golpe en la cabeza

AGUSTÍN SQUELLA | FILÓSOFO E INTELLECTUAL CHILENO



“Estas elecciones han estado marcadas por la mediocridad”

ROCÍO MONTES
[16/11/2017 - 01:09 CET](#)

A tres días de los comicios en Chile, el académico Agustín Squella señala que "a los políticos les ha faltado sobriedad. Ha cundido una cierta histeria en los análisis"

CAMILA VALLEJO | EXLÍDER DEL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL CHILENO



“Tenemos el deber histórico de no permitir un nuevo Gobierno de Piñera”

ROCÍO MONTES
15/11/2017 - 03:26 CET

La candidata al Congreso chileno analiza el escenario político y asegura sentirse conforme con su apuesta por la institucionalidad

DE MAR A MAR



Piñera, la lucha por el centro

CARLOS PAGNI
14/11/2017 - 00:21 CET

Las etiquetas conocidas no sirven para identificar a los actores de la actual vida pública chilena

CHILE



El presidenciable chileno que reivindica a Pinochet

ROCÍO MONTES
13/11/2017 - 03:59 CET

José Antonio Kast, opuesto al aborto y favorable al indulto de los represores de la dictadura, representa a la derecha más conservadora en las elecciones del próximo domingo

CHILE



La nueva izquierda llega debilitada a las elecciones presidenciales de Chile

ROCÍO MONTES
[08/11/2017 - 00:59 CET](#)

Está casi descartado que Beatriz Sánchez, la candidata del Frente Amplio, pase a la segunda vuelta en diciembre

Chile: impuestos y educación

EL PAÍS
[05/11/2017 - 00:00 CET](#)

Si Sebastián Piñera gana las elecciones, haría mal en repudiar las líneas políticas básicas de su predecesora



El 'milagro' chileno, a revisión

FRANCISCA RISATTI
04/11/2017 - 22:39 CET

La necesidad de atraer inversiones para afianzar el crecimiento es uno de los ejes del debate electoral a dos semanas de las presidenciales

CARLOS OMINAMI | ECONOMISTA Y FIGURA DE LA TRANSICIÓN EN CHILE



“El centroizquierda chileno entrará en una noche larga”

ROCÍO MONTES
02/11/2017 - 21:19 CET

El exsenador analiza el complejo escenario que atraviesa su sector a dos semanas de las elecciones del próximo 19 de noviembre



Los planes de Piñera para su regreso a la presidencia

ROCÍO MONTES
[19/10/2017 - 04:09 CEST](#)

El exmandatario chileno, con el 43% de respaldo según los sondeos, es el favorito para ganar las elecciones del 19 de noviembre como el candidato de la derecha

LO MÁS VISTO EN...

» Top 50

- [EL PAÍS](#)
- [Twitter](#)
- [Verne](#)
- [Vídeos](#)
- [ESPAÑA](#)
- [AMÉRICA](#)
- [BRASIL](#)
- [CATALUÑA](#)

1. Vídeo [Muere el fiscal del Estado en Argentina por una insuficiencia renal aguda](#)

2. Rosa y Sant Jordi
3. El cortocircuito de Pablo Iglesias
4. VídeoArgentina detecta llamadas de emergencia del submarino perdido en el Atlántico
5. Este es el único vino por debajo de 10 euros en el que todos los expertos coinciden
6. VídeoMuere el cofundador de AC/DC Malcolm Young a los 64 años
7. Los señores del petróleo vuelven a sonreír
8. "Muchos nos forramos con el 'Prestige'"
9. VídeoArgentina busca a la desesperada a los 44 desaparecidos en un submarino en el Atlántico
10. VídeoEl mito de al-Andalus



La división del centroizquierda allana el camino de Piñera en las presidenciales de Chi